

BELLOTTO, Heloísa Liberalli — *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979

A historiografia colonial brasileira ou, mais particularmente, a paulista, foi enriquecida ultimamente com a publicação de um estudo sério, precioso mesmo, de autoria de uma das pesquisadoras do Instituto de Estudos Brasileiros, Heloísa Liberalli Bellotto. Trata-se da análise dos dez primeiros anos após a restauração da Capitania de São Paulo (1765-1775) quando esteve à testa do governo D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus.

Até agora aquele governador vinha sendo conhecido mais por seus fracassos do que por suas realizações positivas, visto que os estudiosos se detiveram em geral na análise de uma de suas atuações mais marcantes, isto é, junto ao Iguatemi, que, todavia, como se sabe não deu bons resultados.

A A., entretanto, nos apresenta a figura de D. Luís sob um prisma amplo, vendo nele não só o restaurador da Capitania, mas o iniciador de uma infra-estrutura política e econômica cujos resultados, contudo, só se fizeram sentir mais tarde quando do governo de Bernardo José de Lorena.

Os excelentes resultados conseguidos no estudo em questão se explicam pela dedicação, cuidado e interesse com que foram coligidos os documentos nos arquivos de São Paulo, Rio de Janeiro e Lisboa, bem como o tratamento a eles dispensado.

Tomando por base a correspondência ativa e passiva do Morgado de Mateus, alicerçada pela consulta a uma ampla bibliografia e fazendo uso de um acurado espírito crítico, conseguiu a A. acompanhar de perto a atuação daquele governante nos setores mais diversos. De forma objetiva, criteriosa e ao mesmo tempo minuciosa, chegou a fazer "falar" os documentos. Transporta o leitor para a Capitania de São Paulo e seus problemas antes da restauração, ao mesmo tempo em que apresenta a pessoa do Morgado de Mateus e as prováveis razões de sua escolha para atuar como restaurador da Capitania. Acompanha-o em sua viagem e em sua estada em Santos onde, ao tomar as medidas iniciais pertinentes ao seu cargo, provocou os primeiros problemas de resistência por parte das autoridades paulistas. Preocupou-se a A. em apresentá-lo atuando nos mais diferentes setores durante os dez anos de permanência no país, bem como em seguir-lhe os passos em sua volta à terra natal.

Fica bem claro ao leitor que, se a princípio Morgado de Mateus contou com o apôio da Metrópole, depois, isto não ocorreu sobretudo quando no início dos anos setenta o governador insistiu em continuar no Iguatemi quando as ordens eram no sentido de que concentrasse todas as suas atenções no sul. Essa ânsia teria sido, em última análise, a principal responsável por sua

demissão de um cargo para o qual viera por três anos e que, apesar dos pesares, se prolongou por dez.

Trazendo por incumbência a centralização do poder, o combate ao espanhol e o fomento da economia da Capitania, lutou com toda sorte de dificuldades de comunicação e a dispersão da população.

Assim mesmo empenhou-se D. Luís na área geo-política em conquistar o Tibagi e o Ivaí, em consolidar os limites com Minas e em fortalecer a defesa do litoral. Na econômica, procurou incentivar novas frentes de trabalho agrícola, aumentar a produção sobretudo de algodão e açúcar, desenvolver o comércio externo, a indústria extrativa, a fundição de ferro etc., enquanto, administrativamente, sua atenção foi concentrada na congregação de povoações e no combate aos sítios volantes. No campo cultural foi incentivador do "divertimento das óperas".

A A., buscando sempre a imparcialidade, apresenta os prós e contras daquela administração. Por exemplo, fica patente que a política de urbanização por ele empreendida resultou num verdadeiro fracasso como, também, a "diversão" do Iguatemi pela qual se bateu até o último dia do seu governo e que parece ter sido seu mais caro objetivo.

As investigações da A. levaram-na a discordar de alguns autores como Machado d'Oliveira quando afirma ter o Morgado visto "abortados muitos de seus planos", pois considera que a ruptura de sua atuação a oeste e o decréscimo verificado no número de projetos durante a segunda metade do seu governo foram fruto da atitude restritiva por parte do governo de Lisboa.

O texto é enriquecido por cartas corográficas, mapas, plantas e desenhos, bem como a reprodução em cores de uma tela original do Solar dos Mateus em Portugal onde se vê estampada a figura de D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão.

A Secretaria de Cultura está de parabéns pela publicação deste estudo indispensável aos cultores de nossa história e, sem dúvida, recomendável à leitura do público em geral dadas as qualidades intrínsecas que encerra. — ARLINDA ROCHA NOGUEIRA.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo, Ed. Saraiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

Nos vinte e cinco anos que se passaram, desde a primeira e limitada edição deste *Reformas pombalinas da instrução pública*, no Boletim nº 160 da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, foram poucas as obras que apareceram sobre o tema da educação luso-brasileira no século XVIII (os recentes e destacados trabalhos de José Ferreira Carrato, Myriam Xavier Fragoso, Josephina Chaia, Antonio Alberto Banha de Andrade, Francisco da Gama Caeiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, entre outros, não bastaram, ainda, para preencher lacunas). Assim, é oportuna e necessária esta reedição que a Ed. Saraiva e a EDUSP fazem, seis anos depois da prematura morte do Prof. Laerte Ramos de Carvalho, ocorrida em 1972.

Procurando construir seu trabalho dentro do conceito de que não se faz história da educação sem buscar-lhe o sentido filosófico, o Autor tem seu ponto de partida no iluminismo: como se apresenta ele em Portugal e como as novas idéias chegam a basear a reforma dos estudos menores e a Reforma Universitária de 1772.

A pedagogia pombalina (como, de resto, todas as reformas encetadas na época) visava soluções imediatas para os problemas prementes e são "fruto do momento e de nenhum modo obedecem a planos pré-estabelecidos de reforço do Estado, salvaguarda da economia etc.", na já clássica posição de Jorge Borges de Macedo a respeito de toda a legislação e atuação de Pombal.

Foi, pois, por força das vicissitudes políticas do governo de D. José que se intentou a renovação pedagógica da cultura portuguesa. Alguns esforços de recuperação econômica infil-